

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006376-43.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **BV Financeira S/A.**  
 Requerido: **Amaury Paulista Barbosa**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos.**

Trata-se de **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO** com pedido liminar para reaver o veículo descrito a fl. 01, proposta por **BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** em face de **AMAURY PAULISTA BARBOSA**, todos devidamente qualificados.

A liminar pleiteada foi deferida (fls. 29).

O requerido apresentou contestação alegando conexão com o processo nº 1005530-26.2017 (revisional) em tramite perante a 3ª Vara Cível desta comarca; adimplemento substancial do contrato; que não foi comprovada a mora; que na ação revisional houve o depósito das parcelas vencidas e esses valores devem ser compensados neste processo.

Sobreveio réplica às fls. 114/123.

Instados à produção de provas (fl. 124), requerente e requerido manifestaram desinteresse (fls. 132 e 135).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

À fl. 162 foi cumprido o mandato de busca e apreensão.

**É o relatório**

**Decido** no estado em que se encontra a lide por se tratar de questão exclusivamente de direito.

Inicialmente cabe destacar que não existe conexão entre esta ação e a demanda REVISIONAL, processo nº 1005530-26.2017, em trâmite perante a 3ª Vara Cível desta comarca.

O requerido não nega a dívida e, assim, para obstar a busca e apreensão deveria ter quitado a integralidade do débito, o que não providenciou. Não basta meramente alegar abusividade.

A mora, como já dito, está evidenciada nos autos e existe na avença cláusula resolutiva expressa, bastando a notificação do devedor.

No caso não há cobrança cumulada. Assim, a eventual revisão das cláusulas perseguida na outra demanda não interessa ao desfecho desta LIDE.

**Na busca e apreensão não se promove o acerto do débito.**

O objeto da busca e apreensão se restringe exclusivamente a retomada da posse do bem pelo credor.

Os documentos carreados demonstram a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora pela notificação extrajudicial.

Houve o recebimento da notificação extrajudicial pelo consumidor (fls.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

11/13) e isto é o que basta para os fins de regularidade de constituição em mora.

Há débito aberto, e o réu celebrou o contrato com o autor livremente, por isso responde pelo inadimplemento.

O não pagamento de qualquer das prestações avençadas implica no vencimento antecipado pela totalidade do débito (Decreto-lei nº 911/69, atualizado pela Lei 10.931/04, art. 2º, parág. 3º, e art. 1º, parág. 7º c.c. o artigo 762, III, do Código Civil).

A mora é incontroversa.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de **TRANSFORMAR EM DEFINITIVA** a liminar concedida e **DECLARAR** consolidada a propriedade do bem em mãos da instituição financeira autora, assim como sua posse plena e exclusiva.

Na oportunidade, defiro ao requerido os benefícios da gratuidade da justiça. Em virtude da sucumbência arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor da ação, no montante de 10% do valor dado a causa. No entanto deverá ser observado o disposto no art. 98, §3º, do CPC.

**Publique-se e intime-se.**

São Carlos, 18 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**